

1 Bresser Pereira e “O pacto que não houve”

1.1 Fundamentação

Primordialmente, para iniciar a análise sobre o que levou ao uso da expressão utilizada por Bresser no 22º capítulo, de forma a poder compreender seu significado, saliento que o ponto nevrálgico da crítica feita pelo economista diz respeito ao comportamento do câmbio. Para o autor, o governo Lula inicia não com uma “herança maldita”, como afirmara o então presidente, mas com uma “herança bendita”: a taxa de câmbio depreciada, que segundo o autor, não apenas possibilitou controle inflacionário a partir da apreciação desta enquanto o país crescia, como também permitiu que o salário mínimo pudesse ser aumentado (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 344). Porém, Bresser-Pereira (2016, p. 361) aponta que “em 1994, o Plano Real pôs fim à alta inflação inercial, mas deixou o país na armadilha dos juros altos e do câmbio sobreapreciado”, ou seja, ainda que a situação em 2002 fosse favorável, ela não era adequada no contexto geral e precisava que “os preços macroeconômicos” fossem colocados “no lugar certo” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 361), algo que não foi feito durante os governos Lula e Dilma.

A questão cambial é *sine que non* para Bresser, pois outro aspecto importante, que contribuiu para o aprofundamento da crise durante o governo Dilma, é a chamada doença holandesa, conceituada da seguinte maneira:

“Podemos definir a doença holandesa de maneira muito simples: a doença holandesa é a crônica sobreapreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo. É um fenômeno estrutural que cria obstáculos à industrialização ou, se tiver sido neutralizada e o país se industrializou, mas, depois deixou de sê-lo, provoca desindustrialização.” (BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO, 2009, p. 3)

Como aponta Bresser-Pereira (2016, p. 348-349), a taxa de crescimento foi baixa durante o governo Dilma, resultado da elevação do salário mínimo real e dos demais salários do mercado de trabalho durante os oito anos de governo Lula em conjunto com a sobreapreciação cambial, que por sua vez, foi causada por: “(1) a falta de neutralização da doença holandesa; (2) seu agravamento (causado pelo aumento dos preços das *commodities*); (3) a política equivocada de crescimento com poupança externa; (4) a política de combater a inflação através de uma âncora cambial; e (5) a política de juros elevados praticados pelo Banco Central para, além de controlar a inflação, atrair capitais e apreciar o real. Resumindo, deveu-se ao populismo cambial”.

Bresser-Pereira (2016, p. 351) é categórico ao afirmar que “confirmando a verdade mais geral de quanto mais elogiado por Washington e por Nova York for um dirigente de um país de renda média, mais favorável será sua política aos seus competidores ricos e mais prejudicial será ao seu próprio país, Lula passou também a receber amplos elogios enquanto a taxa de câmbio não parava de se apreciar”. A postura criticada por Bresser, no entanto, não se desdobrou sem

controvérsias, como a dissociação programática entre os ministérios da Fazenda e o Bacen¹, com políticas claramente díspares a partir da entrada de Guido Mantega no primeiro. Bresser-Pereira (2016, p. 351) afirma que a ortodoxia do Bacen era tamanha a ponto de ser patética, com a política monetária do Bacen sendo “consistentemente ortodoxa e contrária aos interesses do país”. As seguintes ações do Ministério da Fazenda, cujas medidas associadas tiveram teor anticíclico, são destacadas pelo autor, que crítico à do Banco Central, reprova a decisão de seguir aumentando a taxa de juros até janeiro de 2009, concluindo que tal atitude contribuiu para a estagnação do PIB brasileiro e para a forte queda na produção industrial (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 352). Foram as medidas do Ministério da Fazenda:

- Redução de despesas e aumento do gasto público, contemplando: (a) redução dos impostos dos setores de baixa renda; (b) aumento da abrangência do Bolsa Família; (c) redução da carga tributária sobre a indústria automobilística; (d) lançamento do Minha Casa Minha Vida² e; (e) redução da meta de superávit primário;
- Face à falta de cooperação do Bacen, interviu no sistema monetário ao capitalizar o BNDES em R\$ 100 bilhões: (a) aumento de recursos para o financiamento de exportações; (b) determinação para aumento dos empréstimos dos bancos oficiais; (c) taxação da circulação de capitais entrantes, impondo o IOF³ com alíquota de 2%.

Outros importantes avanços citados por Bresser-Pereira (2016, p. 353) são: (i) o PAC⁴, no qual “o país voltou afinal a ter planejamento na área onde ele é realmente necessário — na infraestrutura e na indústria de base”(BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 353) e; (ii) a não adesão à ALCA⁵, ao condicionar sua adesão a princípios de autonomia, visando reduzir a dependência em relação aos Estados Unidos da América e os países ricos por ele liderados. São avanços dignos de serem citados, mas sem grandes inovações: as políticas social e de direitos humanos.

O avanço que não foi feito, porém, foi a depreciação cambial, necessário para conter a sobreapreciação cambial, problema mascarado em 2002 com uma crise de balanço no sistema de pagamentos, que como apontado anteriormente, foi agravado pelo aumento dos salários, pois a produtividade não acompanhou o aumento (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 355), além do paradoxo do pleno emprego acompanhado de baixíssimas taxas de crescimento⁶, resultando na “redução da competitividade do país expressa no aumento do déficit em conta-corrente” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 358). Como o governo Dilma (embora a situação se aplicaria a qualquer outro, segundo o autor) não teve forças para fazer a depreciação real necessária (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 359), o cenário tentou ser combatido por aquele governo a partir da desoneração de encargos trabalhistas e da redução do IPI⁷, o que não surtiu o efeito desejado devido à ausência de uma taxa de câmbio competitiva (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 359), por fim, Bresser-Pereira (2016, p. 361-362) condena a distorção dos preços da energia e gasolina,

¹ Bacen significa Banco Central; a dissertação emprega tanto Bacen quanto Banco Central

² Nome do programa de habitação popular subsidiada do Governo Federal

³ Imposto sobre Operações Financeiras

⁴ Programa de Aceleração do Crescimento

⁵ Acordo de Livre Comércio das Américas

⁶ O que eleva os custos do trabalho, conforme Bresser-Pereira (2016, p. 358)

⁷ Imposto sobre Produtos Industrializados

pois para ele “segurar os preços das empresas estatais para combater a inflação é uma política inaceitável, como é inaceitável controlar a inflação com âncora cambial”.

1.2 Conclusão sobre o pacto ilusório

Finalmente, Bresser-Pereira (2016, p. 363-364) aponta que “muito se avançou na direção de um novo pacto nacional e popular”, no entanto, o governo e figuras como André Singer, se equivocaram na avaliação da massa proletariada que estava tendo acesso a bens de consumo, ignorando que esta é extremamente pragmática, esperando do governo “segurança e amplos serviços sociais”, o que inclusive dialoga com a ideia gramsciana de **grande política**, entendida por Bresser como “aquela que apresenta alternativas verdadeiras para o eleitor”.

O acordo entre a burocracia estatal e o empresariado perdeu força (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 368) com o crescimento tímido e resultados tímidos por parte do receituário anticíclico alicerçado nas empresas estatais, discutido anteriormente. O pacto que não houve, um pacto ilusório, portanto, é, uma vez resumida a análise macroeconômica de Bresser-Pereira (2016, p. 370), sintetizado pela seguinte passagem: “o governo Lula deu os primeiros passos no sentido de construir um acordo nacional-desenvolvimentista, mas não atendeu à condição essencial do novo desenvolvimentismo: manter a taxa de câmbio do país competitiva”. O pacto **não existiu**, pois o modelo de desenvolvimentismo adotado, que não foi o novo desenvolvimentismo preconizado por Bresser-Pereira (2016, p. 370): o governo tentou não cortar os juros, que precisavam ser cortados; manteve o real apreciado, quando a moeda deveria ter sido depreciada; expandiu a despesa pública mantendo a rigidez da meta de controle inflacionário. Como o governo tentou manter uma política que mesclou ortodoxia e desenvolvimentismo com apelo social, acabou por construir uma armadilha, com um modelo de conciliação insustentável, sendo que a depreciação acabou sendo interrompida antes que a taxa de câmbio pudesse estimular o investimento por parte dos empresários, pois novamente os juros subiram, bem como foi feito um ajuste fiscal que, apesar de ter sido incapaz de recuperar a confiança do mercado, contribuiu para erodir o apoio de uma parcela do eleitorado.

2 Bloqueios à formação do Brasil

Pretendo aqui relacionar a discussão do capítulo 1 com as teorias clássicas formuladas por importantes autores do pensamento social brasileiro, os quais foram estudados ao longo do curso.

Por questões de espaço e clareza, as formas de sociabilidade e breves colocações sobre o contexto eleitoral de 2018 foram inseridas nas duas dimensões a seguir em detrimento de uma dimensão própria.

2.1 Dimensão das estruturas econômicas

Fernandes (1975, p. 149) aponta que “nas ‘sociedades nacionais’ dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sob o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustadas aos padrões capitalistas de vida econômica” e especificamente sobre o Brasil, Fernandes (1975, p. 150) aponta que “nele, as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial”, algo que é melhor esclarecido pelo autor quando ele afirma que “ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como ‘poder político indireto’” (FERNANDES, 1975, p. 204). Trata-se de um ponto de vista que caracterizo como complementar à análise feita na seção 2.2.

A passagem a seguir então desdobra qual o efeito de um burguesia que converge para o Estado, fruto de uma aristocracia agrária e que se moderniza quando inevitável, sem perder a base de poder que antes detinha:

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações. Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diluía o impacto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias), se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora. Fernandes (1975, p. 205)

Ora, com a atual tendência de reprimarização da economia, fortalecida, segundo Bresser-Pereira, devido à doença holandesa¹, que cria entraves à industrialização e pode chegar a provocar a desindustrialização, considero atual a análise de Florestan Fernandes sobre a burguesia nacional,

¹ Conceituada na seção 1.1

incluindo a detenção de poder pelo agronegócio². Não há uma burguesia comprometida com a formulação de um pacto nacional com vistas à industrialização e redução da dependência. Não existia durante o período Lula-Dilma e continua não existindo em 2018, o que representa um pesado desafio a qualquer candidato com pretensões desenvolvimentistas e/ou detentor de uma agenda progressista.

2.2 Dimensão das relações entre as classes e o Estado

Opto por iniciar a discussão da dimensão que envolve as classes e o Estado para recuperar Sérgio Buarque de Holanda. A obra deste autor faz um apelo contra saídas caudilhescas, ou seja, o autor repudiava um modelo de Estado centrado numa figura concentradora de poder e com forte apelo junto às massas, algo que dialoga com o contexto histórico da obra: a década de 1930 e a existência de figuras como Getúlio Vargas. O fragmento a seguir ilustra tal posição:

“Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.” (HOLANDA, 1995, p. 180)

Para Sérgio Buarque de Holanda, romper com as heranças do colonialismo e com o atraso que caracterizava o Brasil exigia não só liquidar com o personalismo, mas impedir que as oligarquias dominantes de então, ligadas ao açúcar, continuassem interligadas ao Estado Brasileiro, se perpetuando no poder e atuando pela manutenção do *status quo*, o que afetava todas as esferas da vida social. Saliento inclusive que, para Holanda (1995, p. 183) a oligarquia “é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo”. Cabe então recuperar a abordagem feita por Faoro (2001, p. 59), para o qual “ao contrário da classe, no estamento não vinga a igualdade das pessoas — o estamento é, na realidade, um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social”, pois “o estamento supõe distância social e se esforça pela conquista de vantagens materiais e espirituais exclusivas”, ademais, “a entrada no estamento depende de qualidades que se impõem, que se cunham na **personalidade**, estilizando-lhe o perfil” (grifo meu). A velha ordem colonial e patriarcal ainda continua a vigorar; vigorava quando Faoro publicou sua obra e, sem surpresas, continua a vigorar atualmente, sendo oportuno recuperar a caracterização da sociedade colonial feita pelo autor:

A sociedade colonial não esgota sua caracterização com o quadro administrativo e o estado-maior de domínio, o estamento. Esta minoria comanda, disciplina e controla a economia e os núcleos humanos. Ela vive, mantém-se e se articula sobre uma estrutura de classes, que, ao tempo que influencia o estamento, dele recebe o influxo configurador, no campo político. O patrimonialismo, de onde brota a ordem estamental e burocrática, haure a seiva de uma especial contextura econômica, definida na expansão marítima e comercial de Portugal.

² Para utilizar um termo que considero mais atual

A burguesia, limitada na sua vibração e vinculada nos seus propósitos ao rei, foi incapaz, incapaz secularmente, de se emancipar, tutelada de cima e do alto. (FAORO, 2001, p. 242)

Ora, ainda que o autor explicita a presença da Coroa Portuguesa ao traçar aquele perfil, Faoro (2001, p. 866) também afirma que “de Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado — o capitalismo político, ou o pré-capitalismo —, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo — liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições”.

Recuperando a tentativa de formação de uma ampla coalizão de interesses nos governos Lula e Dilma, bem como recuperando (i) a dificuldade de contornar uma política monetária ortodoxa, o que inevitavelmente desagradaria os setores rentistas; (ii) além do contorcionismo tentando agradar o funcionalismo público, os assalariados das classes mais baixas e os industriais, significando um controle inflacionário excessivamente rígido e um posterior descolamento entre salário e produtividade, reduzindo a competitividade; (iii) o cenário de crescimento tímido e com pleno emprego, o ponto mais delicado do desgaste da fórmula petista. Os desdobramentos posteriores (*e.g.* a partir *impeachment* de Dilma Rousseff), que não são abordados por Bresser-Pereira, confirmam o que ele próprio chamou de constante ambiguidade das elites (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 368), bem como uma dependência por parte destas, dificultando a formulação de um novo pacto nacional (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 363), o que por sua vez, reitera que Holanda e Faoro não estão falando de fantasmas do passado, mas de oligarquias parasitárias absolutamente atuais e que permanecem detendo capital e/ou poder político. Ainda em 2018 qualquer candidato que logre êxito na corrida à presidência da República, precisará encarar as mesmas forças políticas, sociais e mercadológicas que recorrentemente dificultam o surgimento de um Brasil menos desigual e mais desenvolvido, já que não admitem uma desconcentração de poder.

Referências

- BRESSER-PEREIRA, L. C. *A construção política do Brasil: Sociedade, economia e estado desde a independência*. Editora 34, 2016. ISBN 9788573266450. Disponível em: <https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/03/bresser_constrpolitica-brasil.pdf>. Citado 4 vezes nas páginas 1, 2, 3 e 6.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N.; OREIRO, J. L. *A doença holandesa*. Elsevier Brasil, 2009. ISBN 8535243240. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers-cursos/Cap.5-DutchDisease.pdf>>. Citado na página 1.
- FAORO, R. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Globo, 2001. ISBN 9788525033390. Disponível em: <<https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/03/faoro-raymundo-os-donos-do-poder.pdf>>. Citado 2 vezes nas páginas 5 e 6.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Zahar Editores, 1975. Disponível em: <<https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/03/fernandes-f-a-revolucao-burguesa-no-brasil.pdf>>. Citado na página 4.
- HOLANDA, S. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. Companhia das Letras, 1995. (Biblioteca da Escola). ISBN 9788571644489. Disponível em: <<https://favaretoufabr.files.wordpress.com/2014/03/sergio-buarque-de-holanda-raizes-do-brasil-extratos.pdf>>. Citado na página 5.